



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010815-97.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Marco Aurélio Terroni**
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95 e, afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos, passo à imediata prolação da sentença.

Fundamento e decido.

Pretende o autor o ressarcimento de R\$ 725,00 – ou R\$629,00 -, que teve que desembolsar com o reparo de seu veículo, avariado em acidente ocorrido devido a um buraco no pavimento, tendo havido culpa do requerido, que falhou na manutenção da via pública.

O pedido merece acolhimento.

A existência do buraco na via pública municipal é incontroversa, pois, além de não negada pela municipalidade, foi demonstrada pelas fotografias e documentos juntados aos autos (fls. 10/13).

Os acidentes de trânsito decorrentes de irregularidade no solo asfáltico (no caso dos autos, existiam buracos na avenida) poderiam ser atenuados se o poder público cumprisse as suas obrigações, pois é o responsável pela manutenção, conservação e fiscalização das condições das vias públicas municipais, de forma a garantir a segurança e integridade física da população ou, ao menos, na sinalização, alertando a existência de irregularidades, evitando, assim, acidentes.

No caso em questão, os documentos colacionados aos autos são claros em demonstrar a conduta omissiva do Município de São Carlos quanto a manutenção e conservação das vias públicas que administra, motivo pelo qual, quando do sinistro, era de sua responsabilidade as providências necessárias para prevenção de possíveis buracos que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

surgissem na via.

Sobre o tema em questão, vejamos:

"RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DECORRENTE DE EXISTÊNCIA DE BURACO NA RUA E AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO. OMISSÃO ESTATAL PRESENÇA DE PROVAS. 1. Na responsabilidade estatal por omissão, ou "faute du service" imperiosa a prova da culpa do Poder Público inaplicabilidade do artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal à hipótese. 2. Comprovação da culpa anônima e do nexo causal entre a omissão de sinalização, a falta de manutenção adequada da via pública e o acidente automobilístico. Presentes os pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil pela "faute du service". Sentença mantida. Recurso desprovido. (TJSP. Processo: Apelação nº 00020292420128260383SP 0002029-24.2012.8.26.0383. órgão julgador: 5ª Câmara de Direito Público. Publicação: 29/04/2015. Julgamento: 27 de Abril de 2015. Relator: Nogueira Diefenthaler)".

O réu trouxe relatório, fls. 39/40, com as informações de que reparos asfálticos foram realizados em 13.02.2017, dado coerente com a ocorrência do acidente dias antes, em 04.02.2017.

Afasta-se a culpa exclusiva ou concorrente da vítima, não respaldada por qualquer elemento probatório, considerando-se a dinâmica incontroversa do acidente. As fotografias juntadas aos autos (fl. 12) apontam a existência de vários buracos na avenida onde ocorreu o acidente, sendo crível a afirmação do autor de que "ao tentar desviar de um buraco, acabou caindo em outro muito maior". Além disso não havia no local nenhuma sinalização.

Nesse cenário, o réu é único responsável pelo ocorrido.

Para evitar o enriquecimento ilícito do autor, adoto o orçamento de menor valor para o conserto do veículo (fl. 19 - R\$ 629,00).

Ante o exposto, julgo procedente o pedido, para condenar o Município de São Carlos a pagar a Marco Aurélio Terroni a quantia de R\$ 629,00 (seiscentos e vinte e nove reais). A atualização monetária seguirá a Tabela do TJSP para débitos da Fazenda Pública Modulada e os juros moratórios serão os da Lei nº 11.960/09 (juros aplicados à caderneta de poupança), ambos desde a data do evento (04/02/2017).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**